

# A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA GRANDE CRUZEIRO E SUA RELAÇÃO COM A CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS<sup>1</sup>

*THE PRODUCTION OF THE URBAN SPACE OF GRANDE CRUZEIRO AND ITS RELATIONSHIP WITH THE CITY OF PORTO ALEGRE/RS*

**Ana Patrícia Barbosa<sup>\*1</sup>**

**Palavras-chave:**

Territorialidades;  
Gentrificação;  
Urbanização.

**Resumo:** O presente artigo propõe-se a refletir sobre a cidade de Porto Alegre, com acuidade, a partir dos rastros que escoaram/escoam em seus territórios desde sua fundação, tendo como eixo central analítico a região da Grande Cruzeiro, considerando-a emblemática para apresentar as formas do viver urbano da população das camadas mais pobres, em especial, no que se refere aos novos arranjos territoriais das grandes metrópoles brasileiras, dado o contexto de transformações socioespaciais, reconfigurando espaços e grupos sociais. A análise aqui presente visa a refletir sobre os territórios como espaços vivos tecidos nas relações sociais que a região da Grande Cruzeiro foi construída, evidenciando os interesses em disputa consolidados ao longo do processo de desenvolvimento histórico da cidade de Porto Alegre. Essa questão é analisada neste estudo, a partir de continuidades e rupturas na produção de territorialidades e dinâmicas socioespaciais, por intermédio de uma cartografia espaço-temporal de experiências urbanas, compreendendo a formação do território da Grande Cruzeiro e sua relação com a cidade de Porto Alegre.

---

1 Recebido em 14 de maio de 2024; aceito para publicação em 07 de junho de 2024.

<sup>\*1</sup> Assistente Social, Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Pesquisadora Associada ao Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV/UFRGS) - e-mail: [as.anapatticia@gmail.com](mailto:as.anapatticia@gmail.com)

**Keywords:**  
Territorialities;  
Gentrification;  
Urbanization.

**Abstract:** *This article proposes to reflect on the city of Porto Alegre, with acuity, based in the traces that have flowed/flowed into its territories since its foundation, having the Grande Cruzeiro region as its central analytical axis, considering it emblematic for presenting the forms of urban living for the poorest population, especially with regard to the new territorial arrangements of large Brazilian metropolises, given the context socio-spatial transformations, reconfiguring Spaces and social groups. The analysis presented here aims to reflect on territories as living Spaces woven into the social relations that the Grande Cruzeiro region was built, highlighting the interests in dispute consolidated throughout the process of historical development of the city of Porto Alegre. This issue is analyzed in this study, based in continuities and ruptures in the production of territorialities and socio-spatial dynamics, through a spatio-temporal cartography of urban experiences, understanding the formation of the territory of Grande Cruzeiro and its relationship with the city of Porto Alegre.*

## Introdução

A cidade é um campo privilegiado para o estudo da vida humana, pois nela se tornam evidentes questões políticas e sociais da vida coletiva, dizia Robert Park (1999), célebre teórico da Escola de Chicago. Nessa perspectiva, o presente artigo propõe-se a refletir sobre a cidade de Porto Alegre, com acuidade, a partir dos rastros que escoam/escoam em seus territórios desde sua fundação, tendo como eixo central analítico a região da Grande Cruzeiro, uma favela localizada na cidade de Porto Alegre, considerando-a emblemática para apresentar as formas do viver urbano da população das camadas mais pobres, em especial, no que se refere aos novos arranjos territoriais das grandes metrópoles brasileiras, dado o contexto de transformações socioespaciais, reconfigurando espaços e grupos sociais. Apresentar-se-á a cidade de Porto Alegre como um lócus de “construção social” (LEFEBVRE, 2001), buscando descrever as diferenças que se expressam na cidade, demarcando fronteiras e construindo espaços de segregação (PARK, 1987).

A divisão capitalista das cidades cria distanciamentos sociais entre deserdados e vencedores da sociedade de mercado (WACQUANT, 2001). Nesse mecanismo de produção de cidades, os “deserdados” são desqualificados e condenados à exclusão, de modo a promover a manutenção das fronteiras sociais que se sustentam pelo estigma dessas populações. Na regionalização dessas desigualdades, criam-se contextos de sistemáticas violações de direitos. Neste sentido, é que não pretendo apresentar aqui uma visão totalizante da Grande Cruzeiro, o que me parece impossível fazê-lo, já que as marcas da desigualdade e exclusão social se propagam em diferentes direções e perduram no tempo. Assim como descrito por Argier (2011), a cidade não pode ser pensada como uma totalidade ou um objeto, ela é “coisa humana”, a forma mais complexa e sofisticada da civilização. São invisíveis as formas de marginalização social dentro do território que vão produzindo aquilo que Lóic Wacquant (2001, p. 198) denomina de “criminalização da

pobreza através do confinamento punitivo dos pobres em bairros cada vez mais isolados e estigmatizados”.

A intenção, ao reconstruir a formação inicial da Região da Grande Cruzeiro e sua relação com a cidade de Porto Alegre, é abrir uma colcha de lembranças que permita compreender as afrontas do tempo presentes na forma como a cidade concebe a Região, bem como a insistência de seus moradores em perdurar no tempo e constituir suas territorialidades, em meio a permanente produção de invisibilidades e (im)possibilidades cotidianas que a cidade produz em relação à Região.

Compreender a constituição da Grande Cruzeiro, sob essa perspectiva, é realizar uma “etnografia da duração”, nos moldes propostos por Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2005), na qual os sujeitos, os grupos sociais e os territórios constituem conjuntamente seus processos no tempo. Percorrer os meandros das histórias e memórias de uma cidade e seus territórios é conhecer arranjos temporais diversos, é apreender “as formas múltiplas do viver a cidade, das experiências geracionais de continuidade e descontinuidade nos ritmos citadinos de seus moradores” (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 109).

A preocupação investigativa deste estudo com os moradores das camadas mais pobres da população urbana de Porto Alegre soma-se à preocupação com as transformações mais amplas da sociedade local, decorrentes dos processos de modernização/urbanização e de ampliação da vida e das relações da cidade com uma série de outros lugares. Parto do pressuposto de que essas transformações explicam muitas das mudanças ocorridas nas relações socioespaciais com a cidade, considerando a influência do fator urbano na construção das trajetórias dos moradores das camadas mais pobres a partir da realidade socioespacial dos bairros. Busco reconstruir a formação inicial da Grande Cruzeiro, compreendendo a Região na sua trajetória histórica. Para tanto, faz-se necessário uma breve referência à formação do território da Grande Cruzeiro e a relação dele com a cidade de Porto Alegre, de modo a situar essa Região no contexto mais amplo do município.

Inicialmente será realizada uma contextualização da capital gaúcha, considerando aspectos históricos e contemporâneos de seu desenvolvimento urbano. Na sequência, direcionarei a análise aos processos sócio-históricos de formação da Região da Grande Cruzeiro, demonstrando a forma pela qual os territórios são resultantes do momento histórico de consolidação socioespacial que tem como base a produção de desigualdades, de forma a apreender as formas de ser e estar na cidade, especialmente dos grandes aglomerados urbanos.

## “ARRUMANDO A SALA DE VISITAS<sup>2</sup>” ANÁLISE DOS PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO DE PORTO ALEGRE NO INÍCIO DO SÉCULO XX<sup>2</sup>

Capital do estado mais meridional do Brasil, o Rio Grande do Sul, Porto Alegre figura em sexto lugar entre as dez melhores cidades para se viver no Brasil<sup>3</sup>. No ano de 2010, recebeu destaque pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a metrópole número um em qualidade de vida, possuindo um dos quarenta modelos de gestão pública democrática pelo seu Orçamento Participativo<sup>4</sup> (OP) e por ter o melhor índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre as metrópoles nacionais. É sede da maior concentração urbana da Região Sul, e a quinta cidade mais populosa do país, com uma população em torno de 1.400.000 (um milhão e quatrocentos mil) habitantes.

---

<sup>2</sup> Assistente Social. Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social. E-mail: as.anapatricia@gmail.com  
Vieira, 2017.

<sup>3</sup> As reflexões apresentadas neste tópico advém do capítulo Produção dos territórios violentados: a tríade perversa entre gentrificação, favelização e juvenicídio nos territórios com maiores índices de mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre, de autoria de Ana Patrícia Barbosa, Giovane Scherer e Nicole Kunze Rigon. **Juvenicídio, território e políticas públicas: rastros de sangue na cidade de Porto Alegre**. Giovane Scherer, org. 1. ed. Porto Alegre: Cirkula, 2022

<sup>4</sup> O Orçamento Participativo foi implantado pela Prefeitura de Porto Alegre no ano de 1989. A cidade de Porto Alegre foi dividida em 17 Regiões e seis Temáticas. Até o Ciclo do OP 2006/2007, a cidade comportava 16 regiões. A partir do Ciclo 2007/2008, a Região 01 foi dividida, oportunizando a criação da Região 17. Todo cidadão pode participar das discussões do OP, na sua Região e nas Temáticas. Nas Regiões, discutem-se e definem-se os investimentos e serviços específicos das Regiões; nas Temáticas, discutem-se e definem-se as diretrizes, os investimentos e os serviços para toda a cidade, isto é, obras estruturais e grandes projetos. Fonte: PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Orçamento participativo**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/>. Acesso em: 01 set. 2017.

Figura 1 - Diagrama localização Brasil, Rio Grande do Sul e Porto Alegre



Fonte: Elaborado pela autora

Porto Alegre, no início do século XX, era uma cidade que se desenvolvia sob um ideal de modernidade, buscando satisfazer as “exigências morais, higiênicas e estéticas” para se parecer moderna (PESAVENTO, 1995). Esse ideal, de acordo com Sandra Pesavento, correspondia mais a um imaginário social sobre as metrópoles do que a realidade concreta do desenvolvimento urbano. As paisagens materiais da nova cidade foram se transformando muito lentamente, mas o discurso da modernidade logo surtiu efeito na construção de práticas sociais individualizantes e excludentes, como a expulsão dos pobres das regiões centrais. O crescimento populacional desmedido e centralizado, segundo a ordem dominante, apontava para a criação de uma metrópole onde não haveria espaço para todos em seu centro político e econômico. Os desequilíbrios sociais resultantes desse processo, denominado por pesquisadores de “urbanização sociopática” (PEREIRA, 1969 apud VELHO, 1989), possuem como uma de suas formas de expressão o surgimento das favelas no Brasil.

Segundo Daniele Vieira (2017), a abolição da escravatura e a instauração da República (1889) provocaram uma intensa reorganização territorial nas cidades brasileiras. A autora refere-se aos processos de modernização do centro entre os anos de 1897 e 1937 como “políticas para arrumar a sala de visitas”. Ficava explícito nesse movimento o desejo pelo isolamento do centro e sua reconstrução estética para as classes ricas com base em uma concepção de modernidade burguesa. Essa concepção preconizava a transformação do espaço urbano de modo a apagar seu passado colonial e tudo o que a ele remetia. “Modos de vida, hábitos e costumes populares como o jogo,

as tabernas, as habitações coletivas” já não condiziam mais com a nova ideologia urbana (*Ibid*, p. 66). Assim, Porto Alegre naquela época começava a empreender uma campanha de saneamento de espaços e pessoas, “relacionando precariedade material à degradação moral” (*Ibid*, p. 67).

O desenvolvimento das áreas centrais das grandes cidades, na virada do século XX, foi determinante para a expansão da cidade e para o início da ocupação das regiões periféricas de Porto Alegre. Isso porque a valorização imobiliária do centro e os altos custos de vida tornavam insustentável a vida nessa região para as classes trabalhadoras. Nesse paradigma higienizante e embranquecedor, foram se construindo estratégias de controle das populações mais pobres, minando seu direito à cidade nas zonas centrais. As condições socioeconômicas das famílias que precisaram evadir de seus espaços de habitação na região central eram precárias. Sem condições socioeconômicas, e na ausência de políticas sociais de habitação apropriadas, grande parte dos territórios periféricos foi ocupada clandestinamente por habitações irregulares, muitas vezes em zonas de risco.

Se conjecturarmos sobre a experiência de Porto Alegre levando em consideração movimentos globais de transformação das cidades, o conceito *gentrificação* constitui-se como uma importante categoria teórica na análise da construção da cidade e na consolidação dos territórios onde vivem as camadas mais pobres da população. O termo *gentrificação* emerge na década de 1960 por meio dos estudos da socióloga inglesa Ruth Glass. Neles, são descritos processos iniciados na década de 50 na cidade de Londres em que bairros localizados na região central da capital inglesa ocupados à época pela classe trabalhadora encontravam-se em situação de deterioração (ALCÂNTARA, 2018). Supostamente, em razão de tais condições de deterioração ou habitabilidade, eles passam a ser revitalizados e transformados em territórios de moradia para a classe média: *gentry*<sup>5</sup>.

Foi na década de 1970 que o termo veio a popularizar-se como conceito na Europa e em países da América do Norte, tais como Estados Unidos e Canadá. O conceito de

---

<sup>5</sup> Termo utilizado na Inglaterra para designar a classe média. O termo tem origem na designação da classe palaciana situada imediatamente abaixo da nobreza no *ranking* social em inglês.

gentrificação tem sido relacionado com frequência a um fenômeno que acontece no mercado residencial. No entanto, conforme sinaliza Furtado (2014), se olharmos para as descrições de alguns processos de remoção de trabalhadores, percebemos que o processo de gentrificação parece não um novo, mas, antes, a nova forma de um velho processo. O conceito aplicado em dimensão sócio-histórica, não tão somente em dimensão fenomenológica vai ao encontro com o que Harvey (2005, p. 53) caracteriza como produção capitalista do espaço, uma vez que esse espaço se assemelha à paisagem do capital, e passa a ser representado na forma de uma paisagem física, criada à sua própria imagem.

Na realidade brasileira e porto-alegrense, esse processo verificado como gentrificação promove a higienização social nas áreas urbanas - especialmente centrais - e o branqueamento de territórios marcadamente privilegiados não tão somente pelo aparelhamento de serviços públicos, como também pela presença de oferta de bens e serviços e, conseqüentemente, pelo mercado de trabalho oriundo desta esfera. Dessa maneira, removem-se sujeitos sociais socialmente marcados por raça e classe da zona urbana central por intermédio da iniciativa estatal; estando, assim, tais iniciativas vinculadas aos interesses expressos pelo capital e operacionalizados pela elite econômica; intencionando, dessa forma, o uso do espaço sob égide do modo capitalista de produção.

O processo de gentrificação atravessa os tempos na história de Porto Alegre, reconfigurando-se, por meio de diversas feições, em estratégias da gestão da cidade que, muitas vezes, calca-se em concepções que visam à “limpeza social” de espaços públicos. Nesse sentido, mostra-se fundamental a compreensão do caráter dialético existente nesse processo, uma vez que o processo de gentrificação acarreta de um lado a produção de “bairros nobres” e, de outro, a ampliação de espaços de *favelização* em determinados territórios, em uma nítida contradição estrutural da cidade sob os signos neoliberais. A ampliação de espaços de favelização acarreta na privação de massas populacionais do direito à cidade, acarretando em uma série de violações de um conglomerado populacional cada vez mais amplo.

Procurou demonstrar que a constituição das desigualdades socioespaciais nas cidades dá-se mediante dinâmicas de desterritorialização/reterritorialização (HAESBAERT, 2004, 2005) das populações mais pobres da cidade, uma vez que os

moradores são provenientes de outras localidades da cidade e que, devido às condições de pobreza, vislumbram uma possibilidade de deixar de pagar aluguel, e fixar-se em nova moradia na condição de proprietário. Essas dinâmicas são pensadas conceitualmente como processos de gentrificação, e adquirem diferentes configurações conforme as características dos espaços em que estão em curso. Cabe, portanto, analisar mais detalhadamente a seguir como essas dinâmicas vêm se constituindo nos territórios de Porto Alegre, RS, em que vivem as camadas mais pobres, a saber: a Região da Grande Cruzeiro.

### **A GRANDE CRUZEIRO: A REGIÃO E A CIDADE, A CIDADE E A REGIÃO**

É na produção desses espaços chamados favela<sup>6</sup>, construídos em terrenos públicos ou privados, invadidos ou cedidos, que os grupos sociais excluídos se tornam efetivamente agentes modeladores. Ali, os espaços são produzidos e reproduzidos, na maioria dos casos, independentemente e a despeito dos outros agentes. Essa produção é, antes de qualquer coisa, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, de sobrevivência às adversidades impostas aos grupos migratórios sejam eles recém-expulsos do campo, sejam migrantes por opção, sejam, ainda, provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação que transformam a cidade (TROILES, DANTAS e MORAIS, 2012).

As populações migrantes vivem processos de territorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2004, 2005) nos grandes centros urbanos do Brasil, os quais conduzem à produção de novas territorialidades constantemente associadas, por consequência dos processos de exclusão e segregação das populações pobres, geralmente afrodescendentes, da sociedade brasileira em “espaços criminalizados”, conforme tão bem apontou Campos (2004) para o estudo do processo de formação do espaço urbano do Rio de Janeiro. À margem das condições básicas da vida na cidade, essas populações buscam

---

<sup>6</sup> Favela é compreendida neste estudo como área de habitações irregulares construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgoto, sem água, sem luz. Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as imagens que fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade, o “outro”, distinto do morador civilizado da primeira metrópole que o Brasil teve (ZALUAR, 1999).



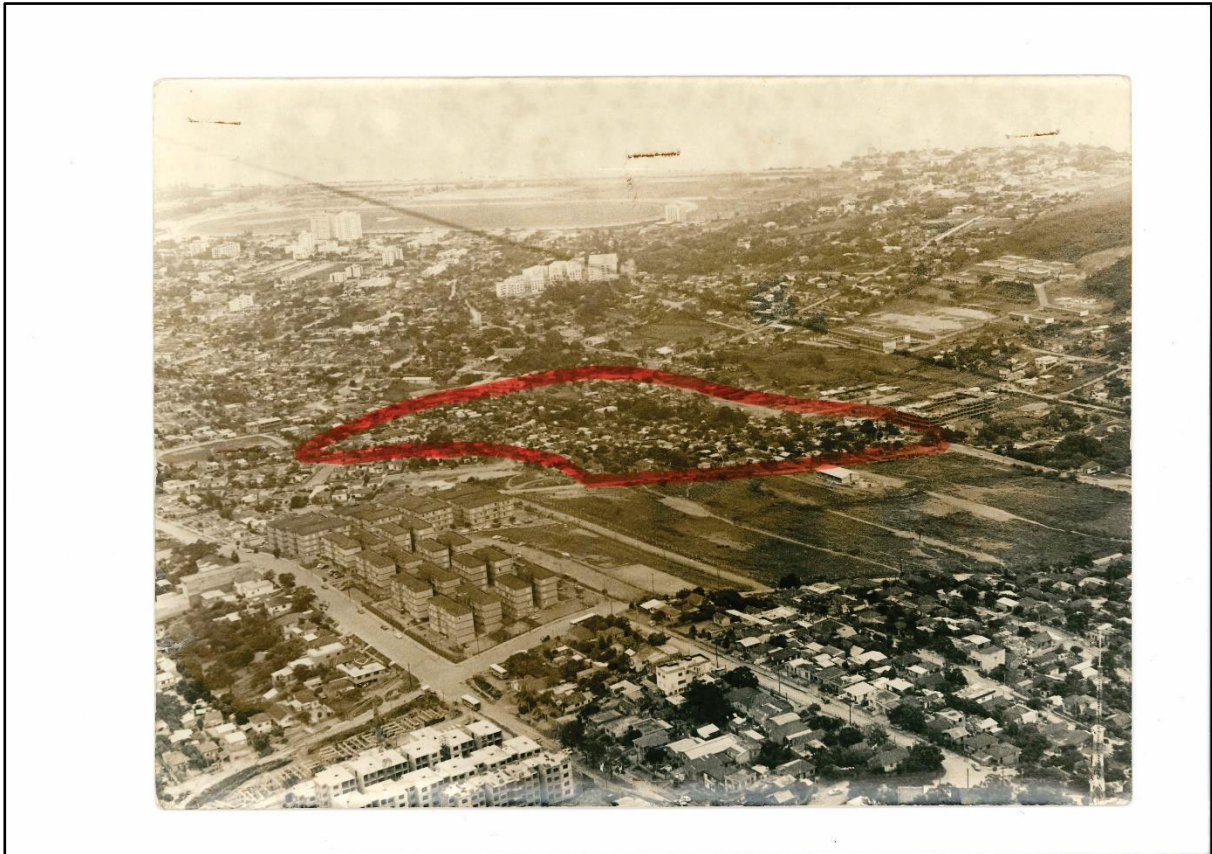
construir as suas estratégias de sobrevivência, e passam a ocupar espaços públicos e privados, estabelecendo marcos e definindo limites e fronteiras espaciais. As “formas espaciais” decorrentes dessas ocupações podem ser consideradas pela dinâmica territorial que movimenta o tecido urbano, enredando a constituição de “territórios alternativos” (TROILES, DANTAS e MORAIS, 2012).

Esta aparente contradição de imagens da cidade, onde se acomodam diferentes formas do viver urbano, não pode ser analisada numa relação dicotômica de centro/periferia, mas sim como a possibilidade de refletir sobre a complexidade dos arranjos sociais (ROCHA, 1995) no meio urbano e das formas da vida social (SIMMEL, 1987) que as práticas cotidianas dos habitantes das cidades conformam ao longo do tempo.

Conforme Eckert e Rocha (2001, p. 109) “a cidade e suas possibilidades interpretativas derivam de sua condição de unidade de ação para uma comunidade urbana, uma vez que ela é, ao mesmo tempo, em múltiplos planos, expressão autoral de seus habitantes”. Revela o esforço de um corpo coletivo que busca reestabelecer sua possibilidade de existência no tempo (ROCHA, 2008). Sob essa perspectiva, busquei olhar para a cidade real que abriga uma gama complexa de visões de mundo e campos de significados (VELHO, 2004), com tramas em constante transformação, revelando continuidades e rupturas frente às dinâmicas socioespaciais. Significa compreender a cidade, suas favelas e periferias, não apenas como conceitos, mas também como campo de práticas constituídas tanto por meio do diálogo permanente entre o passado e o presente, quanto pela justaposição das dimensões qualitativamente heterogêneas de espaço e tempo (DE CERTEAU, 2012).

A ocupação e organização do território da Grande Cruzeiro acompanha os ritmos temporais da cidade, num contexto em que diferentes gerações construíram suas práticas e identidades nos espaços então disponíveis (ÁVILA, 2006). O início da ocupação dessa Região, no final dos anos 1950 e durante os anos 1960, ocorreu num momento de profundas mudanças estruturais na cidade de Porto Alegre, dada a complexificação do espaço urbano e da vida social, pela modernização e industrialização.

Figura 2 - Vista Parcial da Grande Cruzeiro - 1982



Fonte: Acervo Associação de Moradores da Grande Cruzeiro (AMOVICS).

A produção e organização da Grande Cruzeiro é resultado desse processo histórico de urbanização que a cidade de Porto Alegre passou nos últimos anos, produzindo uma cidade bem mais complexa em relação à distribuição das pessoas e que reflete a complexidade do processo da urbanização brasileira. Começou a desenvolver-se a partir da segunda metade do século XX, com a chegada de mais ou menos cem famílias, em sua grande maioria vindas de outras localidades da cidade e que foram atraindo outras pessoas, dando início às primeiras ocupações na Região.

Localizada a cerca de seis quilômetros de distância do centro, a Grande Cruzeiro é uma das mais populosas favelas situadas na cidade de Porto Alegre, RS. Conforme dados da União de Vilas, a Grande Cruzeiro é formada por um conjunto de sessenta vilas, e está localizada nas proximidades dos bairros Santa Teresa, Cristal, Medianeira, Teresópolis e Nonoai. Sua população estimada é de 200.000 habitantes, distribuídos numa área de 200 hectares. Tendo em vista, que a população da cidade de Porto Alegre gira em torno de 1.400.000 habitantes, observa-se que há uma grande concentração de

moradores na região da Grande Cruzeiro, perfazendo cerca de 15% da população total da cidade<sup>7</sup>.

Cabe ressaltar que, em Porto Alegre, diferentemente de outras cidades do Brasil, o termo “favela” não costuma ser empregado. Costuma-se empregar o termo “vila”, ou mesmo “comunidade”, sendo este último normalmente ligado às práticas cidadãs, de articulação e controle social (SOUZA, FONSECA, 2004). Vila é uma denominação local para referir-se às favelas, e serve para caracterizar as favelas no sul do país. Tem origem no termo “vila operária”, utilizado “para nomear um grupo de moradias destinadas a operários de um mesmo empreendimento fabril, mas que, em seguida, seria estendido para designar grupos de casas modestas semelhantes produzidas por outros agentes” (CORREIA, 2001:84, apud ECKERT; LORD, 2015).

Ao contrário de cidades como o Rio de Janeiro ou São Paulo onde existem favelas como a Rocinha, Maré, em Porto Alegre existem Vilas: Vila Cruzeiro, Vila Bom Jesus, Vila Dique, dentre outras. A denominação diferente, entretanto, não modifica a situação marginal de seus moradores nem as condições precárias de habitabilidade onde vivem.

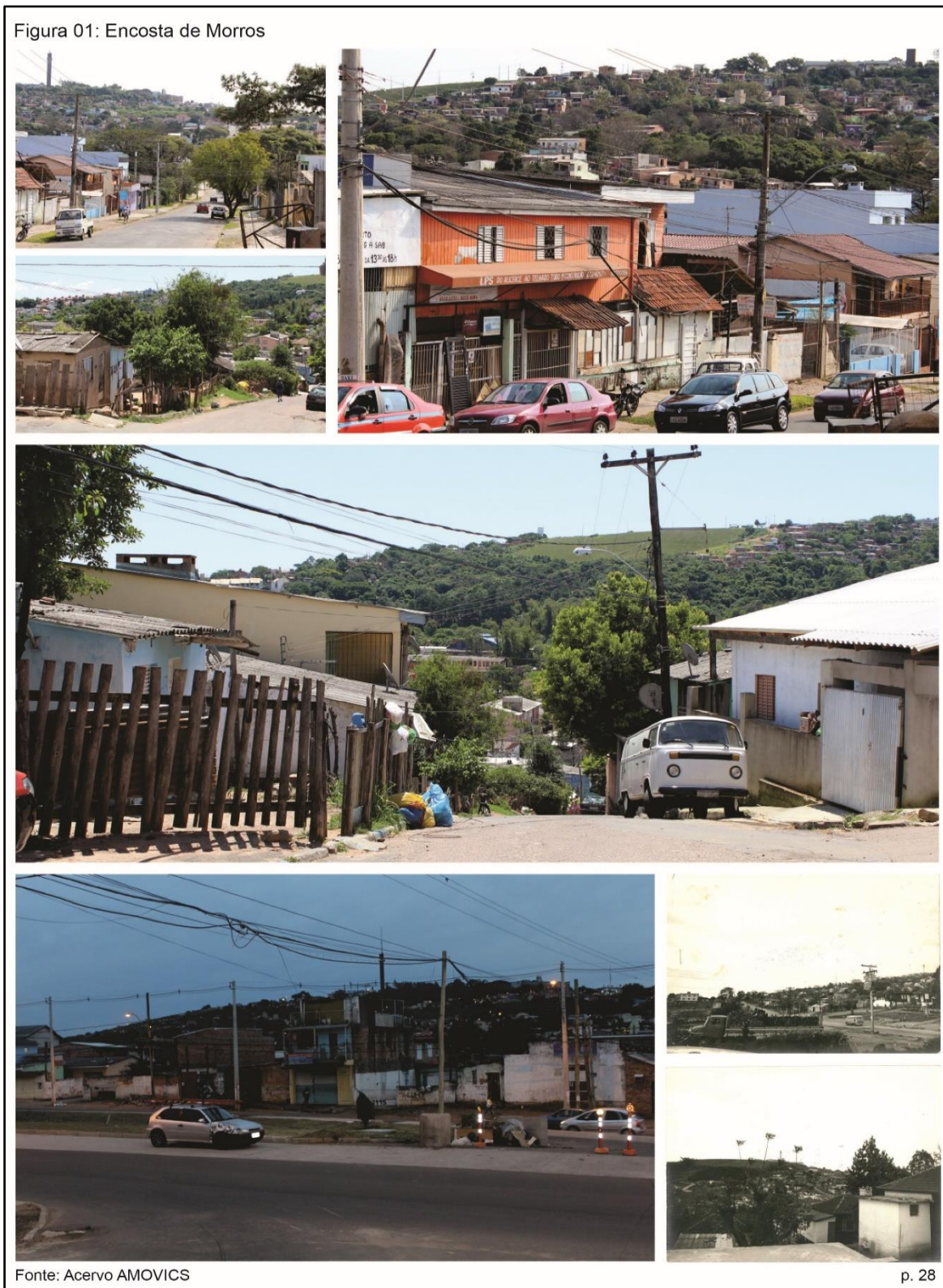
A Grande Cruzeiro é uma área com densa ocupação das encostas dos morros, tornando-se um grave problema geológico, o que a classifica como área de risco. Conforme o Mapa da Exclusão e Inclusão Social de Porto Alegre (2004), essa é uma área que tem uma topografia muito parecida com as favelas cariocas, e essa característica pode facilitar a ação do tráfico de drogas.

---

<sup>7</sup> Fonte: [www.observapoa.com.br](http://www.observapoa.com.br).



Figura 3 - Encosta de Morros

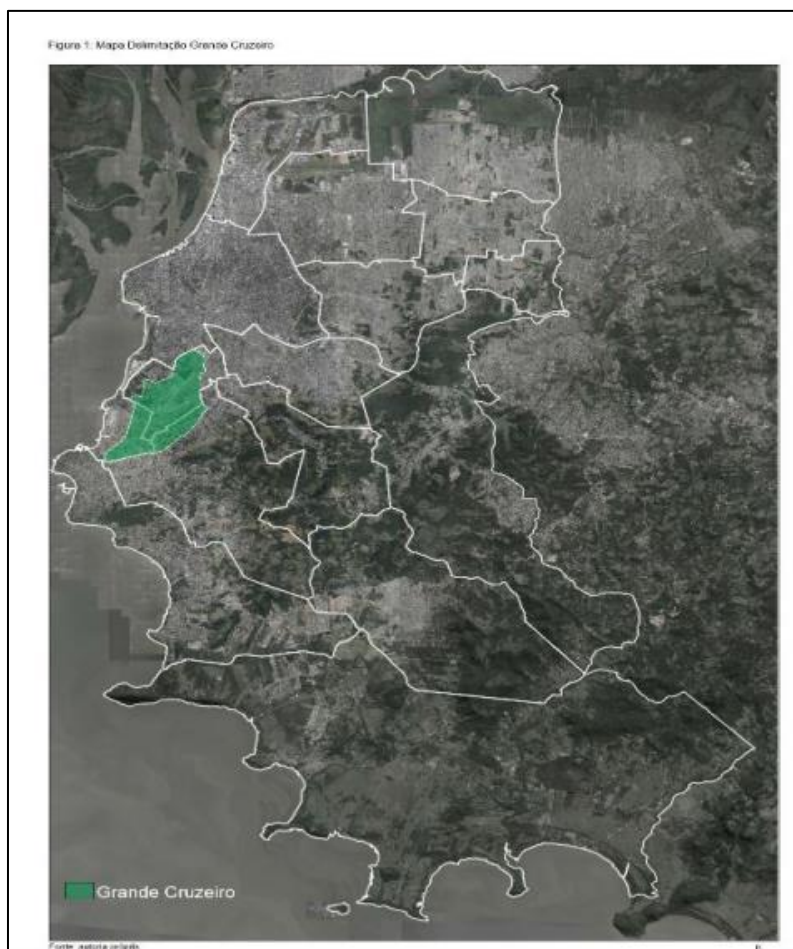


Fonte - Acervo Associação de Moradores da Vila Cruzeiro (AMOVICS) e Acervo da Autora

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010), Porto Alegre tem 7,9% da sua população morando em favelas. Contrapondo-se a isso, dados do Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB) mostram que o total da população que vive em favelas é de 22,1% e desses, 4,81% moram em favelas com menos de 51 domicílios. Ainda, segundo dados do Censo do IBGE de 2010, no interior da cidade de Porto Alegre existem duas grandes concentrações de baixa renda e baixa empregabilidade, sendo a Região da Grande Cruzeiro uma delas. Trata-se de uma região que, apesar de possuir luz elétrica, água encanada, sistema de esgoto e coleta de lixo, ainda é caracterizada por uma grande concentração de sub-habitações e com múltiplas carências, que revela, em sua complexidade, a desigual distribuição e consumo de equipamentos urbanos, bem como aspectos das condições de existência dos que ali residem.

As imagens abaixo apresentam a localização do território da Grande Cruzeiro em relação a cidade de Porto Alegre, bem como, as áreas de abrangência deste território.

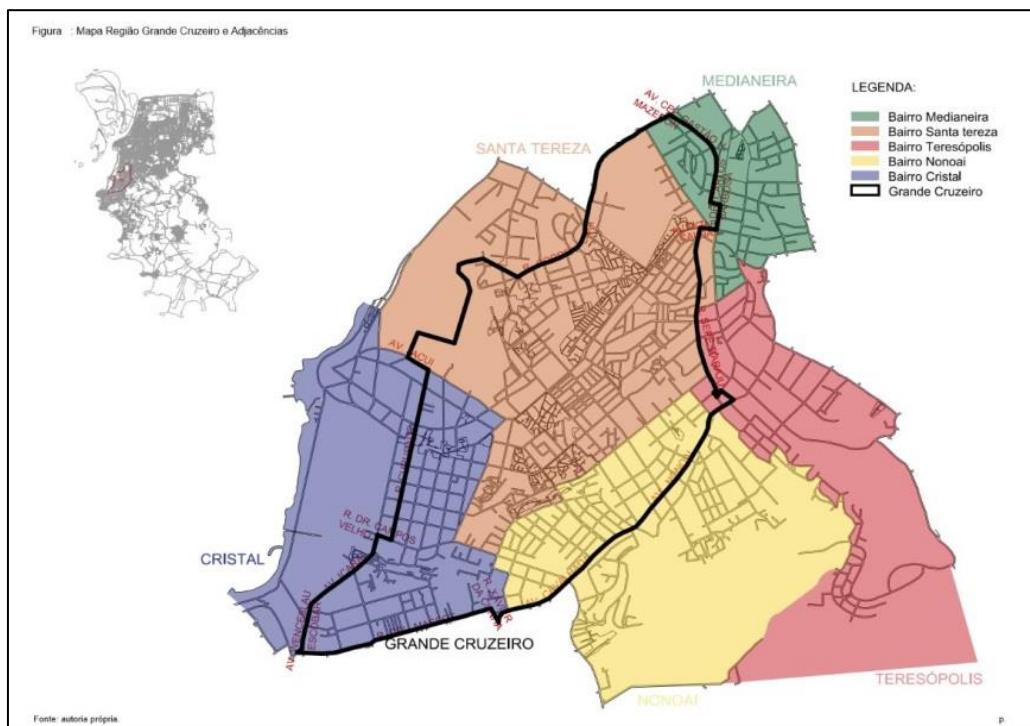
Figura 4: Mapa de Porto Alegre com a localização da Região da Grande Cruzeiro



Fonte: Elabora pela autora.

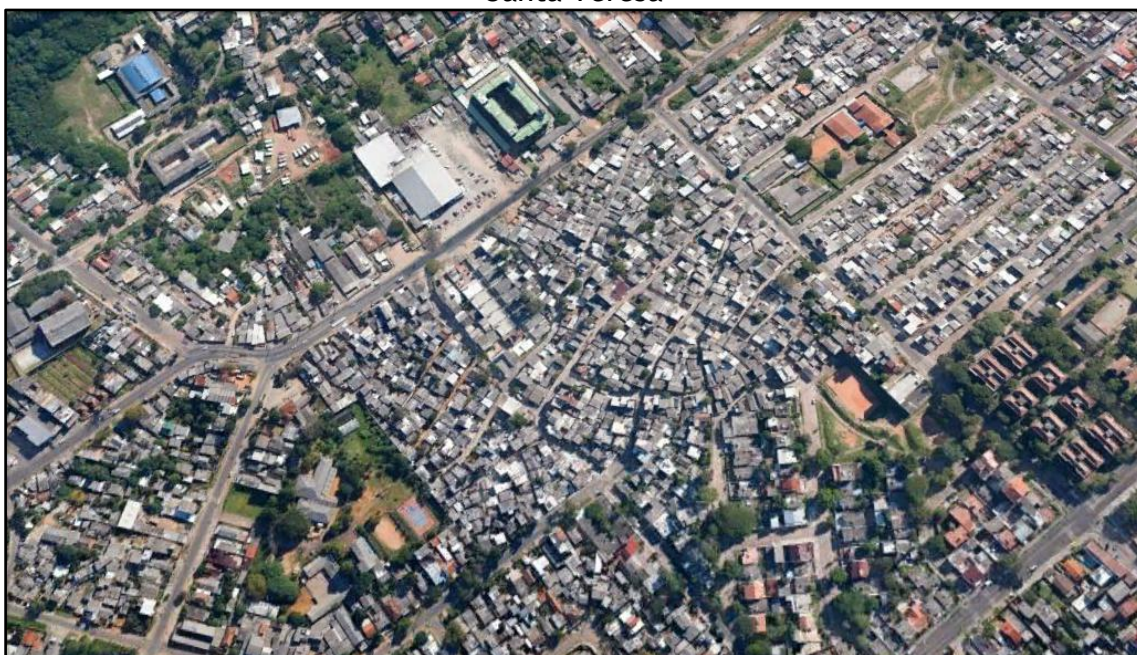


Figura 5: Mapa da Região da Grande Cruzeiro e Adjacências



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 6: Vista parcial da Vila Cruzeiro do Sul - divisa com os bairros Cristal e Santa Teresa



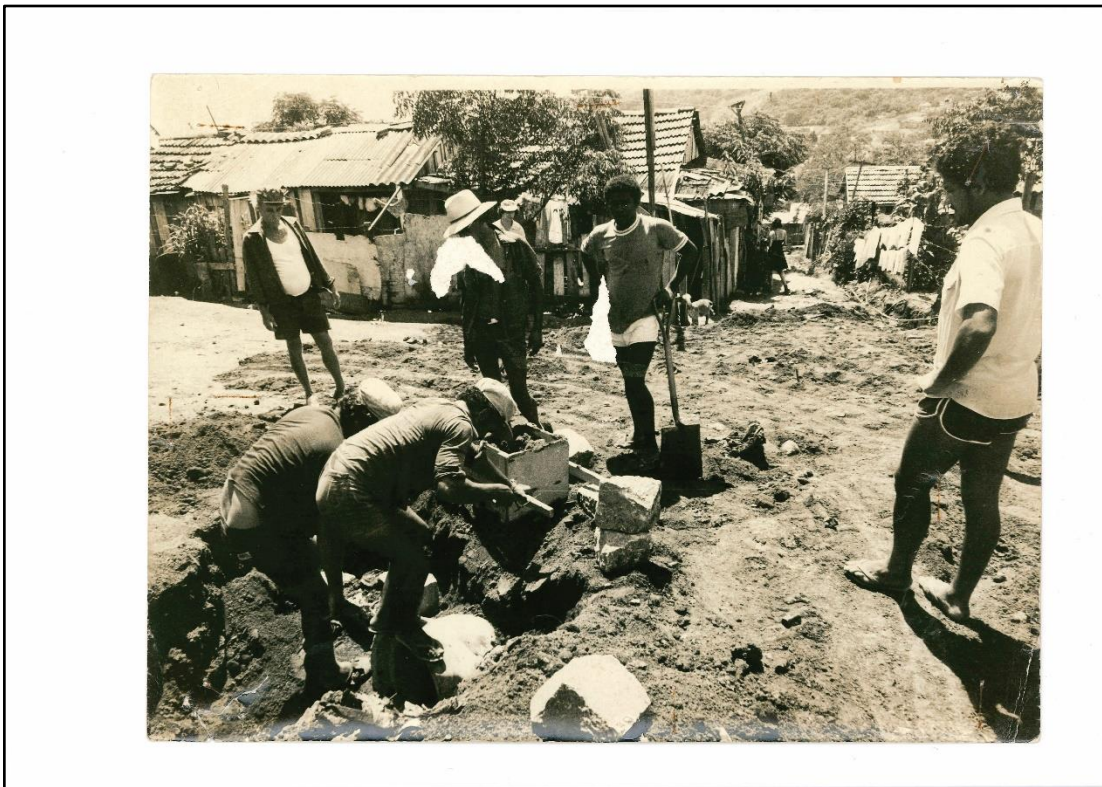
Fonte: Google maps.

Em relação à territorialidade da região, ela foi construída a partir dos movimentos sociais que se originaram num cenário de profundas transformações da paisagem urbana de Porto Alegre, onde as Associações de Moradores ganharam força e constituíram-se em um importante território organizado das classes menos favorecidas, objetivando, especialmente, reivindicações de direitos relacionados com o acesso à moradia, aos equipamentos urbanos e aos serviços públicos. Na região da Grande Cruzeiro as primeiras associações foram fundadas na segunda metade da década de 1970, em função das ações de despejo realizadas pela Prefeitura de Porto Alegre, tendo em vista a região ser considerada uma área de preservação paisagística, segundo o Plano Diretor do mesmo ano (ÁVILA; ARAÚJO, 2006).

Essas entidades, que se originaram nas vilas da Grande Cruzeiro, foram agregadoras de suas populações, especialmente no que se refere às lutas por questões básicas de habitação, saúde, educação, entre outras. Grande parte das conquistas na região é fruto muito mais das lutas dos moradores por melhorias nas suas condições de vida, do que pela gestão de políticas públicas, conforme pode ser observado nas imagens abaixo.



Figura 7: Moradores Trabalhando no Acesso P - 1982



Fonte: Acervo Associação de Moradores da Grande Cruzeiro (AMOVICS).

Figura 8: Moradores Trabalhando nas Travessas C e D - 1982



Fonte: Acervo Associação de Moradores da Grande Cruzeiro (AMOVICS).

Os moradores da Grande Cruzeiro são na sua maioria oriundos do interior do Estado. A partir da década de 1960 e 1970, a vila passa a receber pessoas de outros bairros da cidade. De modo geral, a maioria de seus moradores são de baixa renda, o que nos auxilia na compreensão da morfologia urbana do bairro, caracterizada por sub-habitações, constituindo aglomerados irregulares sem planos urbanísticos. Os principais motivos que caracterizaram o processo de ocupação mais intenso da Grande Cruzeiro, nos anos 1970, ocorreram devido à elevação dos preços dos imóveis nas áreas mais centrais de Porto Alegre e à remoção de vilas (FONTOURA, 2005).

Sua existência na atualidade é fruto de processos de gentrificação e favelização da cidade que, nas décadas de 1960 e 1970, foram chamados pelos gestores públicos de “modernização”.

Uma das formas de contar a história da Grande Cruzeiro é a partir da crise habitacional ocorrida entre os anos 1940 e 1950. Naquela época, houve uma forte onda

migratória de trabalhadores(as) do campo para a capital em busca de melhores condições de vida e trabalho. O êxodo rural inflou a população de Porto Alegre e, para gerar soluções a essa crise de habitação, foi criado, em 1965, o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), para administrar políticas sociais de habitação.

A atuação do DEMHAB naquela época pautou-se pela filosofia “remover para promover”. Na prática, buscava remover habitantes das vilas de malocas, que eram focos de pobreza, da região de desenvolvimento urbano para locais onde supostamente pudessem levar uma vida mais digna. O objetivo da iniciativa era atender uma demanda habitacional, mas acabou maquinando uma verdadeira onda de higienização urbana (HEIDRICH, 2000). Invés de construir uma política habitacional que visasse à inclusão social desses grupos desprivilegiados nos espaços onde possuíam vínculos territoriais e afetivos, o caminho escolhido foi o desmantelamento e realocação de territórios negros e pobres.

A região da Grande Cruzeiro é marcada por uma história de ocupação fundiária pautada por sucessivas intervenções do poder público local. A ocupação urbana mais intensa na Região aconteceu na década de 1970, mesma época em que se intensificaram as remoções das camadas mais pobres da população para zonas mais distantes do centro da cidade. A falta de diretrizes políticas na área da habitação criou situações praticamente irreversíveis em termos de regularização fundiária em Porto Alegre (ÁVILA; ARAÚJO, 2006). Analisando tais processos de “remoção”, podemos notar que a segregação socioespacial que deu origem à Grande Cruzeiro foi produto de escolhas de políticos e gestores e projetos construídos para esse fim.

Mesmo com a política tradicional adotada, ao longo do tempo, em relação às favelas de Porto Alegre, a qual pregava a remoção de ocupações de habitação tidas como “irregulares” pelo poder público local (SOARES, 2014), remonta no tempo os processos históricos de tentativas de remoção/desterritorialização nessa Região, que se territorializou misturada na tessitura da cidade, carregando as marcas dos conflitos territoriais que atravessam camadas espessas de tempo. São inúmeros os projetos de infraestrutura urbana para a Zona Sul de Porto Alegre, que incidem sobre os territórios da Grande Cruzeiro. Dentre eles, destaca-se o Projeto de Lei de 2008, conhecido como “Pontal do Estaleiro”, que previa o uso do terreno do Estaleiro Só para a construção de quatro prédios residenciais com 12 metros de altura e de edifícios comerciais. Essas construções

beneficiariam diretamente uma das vilas da Grande Cruzeiro, denominada “Vila Tripa”. Contudo, mais tarde, esse projeto foi vetado mediante votação popular.

No ano de 2009, foi encaminhado pelo Governo Estadual um Projeto de Lei que autorizava a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) alienar ou permutar o terreno onde está localizada a sua sede. A área correspondia a 74 hectares, estava localizada na região sul do Morro Santa Tereza onde moravam cerca de quatro mil famílias, pertencentes à Vila Gaúcha. Os moradores da Região e os integrantes de movimentos sociais organizaram-se na luta pelo Morro Santa Tereza e barraram o referido projeto.

Ainda no ano de 2009, foram anunciadas as cidades sedes da Copa do Mundo de 2014, e Porto Alegre foi incluída no rol das capitais que receberiam o evento. A cidade responsabilizou-se por realizar 16 projetos de infraestrutura, dos quais 12 estavam relacionados à mobilidade urbana, e somente um trazia um caso vinculado diretamente a problemas sociais: a remoção de 1.525 famílias moradoras da Avenida Tronco, por intermédio de um plano habitacional de reassentamento das famílias removidas, para dar lugar a um projeto viário, cuja principal alteração era o alargamento de 5,6 quilômetros da Avenida, criando uma rota alternativa na ligação da Zona Sul com a Área Central e Norte da cidade.

A Grande Cruzeiro é um espelho dos processos de gentrificação na cidade de Porto Alegre, onde é possível observar a perversidade desses projetos globais de urbanização, que muitas vezes ocorrem às margens da legalidade, na violação de direitos e na vida de comunidades locais que lutam pela sobrevivência na estrutura capitalista. As remoções populacionais que precedem as grandes obras de desenvolvimento urbano não somente tiram as pessoas de seus espaços, como também promovem uma ruptura traumática de laços comunitários e relações de trabalho que gerações familiares lutaram arduamente para construir. A consequência dessas dinâmicas urbanas na vida social da nossa cidade é o aumento das desigualdades socioespaciais, em decorrência da segregação racial e social, criando bolsões de pobreza e violação de direitos.

Os traumáticos reassentamentos da década de 60 e a construção popular desse território tornaram-se, na história da Região, uma espécie de “mito de origem” (GAMALHO, 2009). Nesse processo, o esforço coletivo envolvido na construção de um lugar para se viver fortaleceu o sentimento de pertencimento comunitário e a construção

de uma identidade cultural para a Região. Diante da história dessa Região, como espaço de conquista, pode-se dizer que a “solidariedade” tornou-se um elo entre os seus moradores visando à sobrevivência num mundo contingente.

É importante ressaltar que o surgimento da Grande Cruzeiro ocorreu devido às condições de pobreza de seus ocupantes, em que a forma de resistir às pressões do poder público e subsistir no vácuo do estado social foi promovendo a solidariedade entre seus ocupantes. A consolidação desse sentimento solidário, como sistema simbólico dos moradores, é resultado de um longo período em que as pessoas precisaram perpetuar práticas e sentimentos como forma de resistir e produzir permanência em um território marcado como espaço diferenciado da cidade, como lócus de exclusão social, o qual abriga uma gama de personagens.

Certamente os seus moradores carregam consigo o sentido de território construído. Em sua dimensão material, revela-se concreta e palpável e, em sua dimensão simbólica, constitui-se a partir de manifestações identitárias de apropriação e de pertença. À margem das condições básicas da vida na cidade, essas populações buscam construir as suas estratégias de sobrevivência, e passam a ocupar espaços públicos e privados, estabelecendo marcos, definindo limites e fronteiras espaciais. As “formas espaciais” decorrentes dessas ocupações podem ser consideradas pela dinâmica territorial que movimentam o tecido urbano, enredando a constituição de “territórios alternativos” (TROI-LES, DANTAS e MORAIS, 2012).

Com certeza, a Grande Cruzeiro, como local de moradia das camadas mais pobres da população há uma ausência factual do Estado e que precisa ser ativada a qualidade de todos os serviços para evitar o medo, a escuridão, o lixo largado, a insegurança, a ilegalidade (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014). É um território ainda pouco explorado do ponto de vista da cidadania. A desigualdade de acesso a direitos básicos, inerentes à noção de cidadania, representam a continuidade e o paradoxo dessa sociedade que, ao mesmo tempo em que cultua os valores da independência, da autonomia e da igualdade, presentes na lógica do indivíduo-cidadão (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1992), reproduz permanentemente segmentações e diferenciações hierárquicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazer para este estudo a preocupação sobre as formas de compreender a cidade, a partir de autores das ciências sociais, que estudam sobre grupos urbanos, tomei como referência a Escola de Chicago (PARK, 1987), em sua preocupação em descrever as diferenças que se expressam na própria cidade, demarcando fronteiras internas, com forte dimensão segregativa. Além desse aspecto, mostra-se fundamental a análise crítica, fundamentada no materialismo histórico-dialético, na busca de desvendar fenômenos esfumados pela ideologia que sustenta a acumulação de riqueza e fomenta a desigualdade social.

A análise do território, como espaço vivo construído por relações sociais estabelecidas ao longo do processo histórico constitui-se elemento fundamental para perceber como as dinâmicas de desigualdade social são expressas no âmbito da cidade. A compreensão de território, nesse sentido, transcende a apreensão da simples descrição de fatores objetivos, mas, necessariamente, calca-se na análise da consolidação de processos históricos guiados pela égide do capital, na perspectiva da acumulação de riquezas.

Diante desse contexto, a análise da cidade de Porto Alegre revela, com suas particularidades, a mesma tendência observada na construção de outras cidades brasileiras e de países que vivenciam em sua pele e em seu solo o contexto da superexploração da força de trabalho. A dinâmica da gentrificação, na perspectiva da criação de espaços nobres e higienizados, geram, de forma dialética, um contexto de favelização e de violação de outros territórios; consolidando a cidade pensada para satisfação da acumulação do capital, e não na direção da garantia de direitos das populações. Evidencia-se assim a dinâmica capitalista do espaço, descrita por Harvey (2005), no que se refere à criação da paisagem do capital à sua própria imagem, em incessantes processos de rediferenciação e reconfiguração do espaço urbano.

O território aqui abordado, a Grande Cruzeiro, tem sido constantemente retratado como uma região “perigosa”, um território que é valorado negativamente no contexto urbano da cidade de Porto Alegre. Por intermédio da cartografia espaço-temporal de territorialidades foi possível revelar experiências urbanas atravessadas por várias formas de vulnerabilidades. Os moradores das camadas mais pobres da população,



como os que habitam na Grande Cruzeiro, vivem os dilemas da sua condição territorial contemporânea com as possibilidades e limites que são historicamente produzidos. Eles moram em espaços sociais de precarização da cidadania. A pobreza, as adversidades e ausências estruturais que impactam na qualidade de vida compõem os principais elementos que eles enfrentam ao longo do tempo.

### Referências bibliográficas

- ALCÂNTARA, M. F. Gentrificação. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2018. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>.
- ARGIER, Michel. Antropologia da cidade. Lugares, situações, movimentos. São Paulo; Editora Terceiro Nome, 2011. 213 pp.
- ÁVILA, Fátima; ARAÚJO, Jeferson Rasquim. Vilas da Grande Cruzeiro (Memória dos bairros). Porto Alegre: Unidade Editorial/SMC, 2006.
- CARDOSO, Luis de Oliveira. “Direitos humanos e cidadania no Brasil: algumas reflexões preliminares”, Série Antropologia, 122. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia. 1992.
- DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- ECKERT, Cornelia; LORD, Lúcio. Nascidos na beira do trilho: um estudo antropológico na vila dos ferroviários/Porto Alegre. Iluminuras Revista Eletrônica do BIEV/PPGAS/UFRGS, 2015.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, A. L. C. Etnografia: saberes e práticas. Iluminuras Revista Eletrônica do BIEV, v. 31, n. 21, p. 1, 2008.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. O tempo e a cidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob a ótica dos itinerários urbanos e suas formas de sociabilidade. Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, v. 2, n. 4. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2001.
- FONTOURA, Ana Elisa Sparano. Participação, territorialização e identidade na periferia de Porto Alegre: Estudo de caso comparativo na Lomba do Pinheiro. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade e Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- FOOTE-WHYTE, William. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

- GAMALHO, Nola Patrícia. A produção da periferia: das representações do espaço ao espaço de representação no Bairro Restinga - Porto Alegre/RS. 2009.
- HAESBAERT, Rogério. “Da desterritorialização à multiterritorialidade”. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. Anais..., Universidade de São Paulo, 2005.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- HEIDRICH, R. L. J. Projeto e realidade na consolidação de uma área urbana: bairro Restinga-Porto Alegre/RS. 2000.
- IBGE, 2010. Censo demográfico de 2010. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes ao município de Porto Alegre, fornecidos em meio eletrônico.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre favela brasileira. São Paulo: Edita Gente, 2014.
- OBSERVAPOA. Cinco regiões do OP de Porto Alegre apresentam IDH abaixo da média nacional. 2015.
- PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). 4 ed. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- PESAVENTO, S. J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. Revista Estudos Históricos, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1 dez. 1995.
- PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Gabinete do Prefeito. Secretaria do Planejamento Municipal. Mapas da inclusão e exclusão social de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/ Gabinete do Prefeito/Secretaria do Planejamento Municipal, 2004.
- SIMMEL, Georg. Sociologia. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (Org) O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- SOARES, Ana Paula Marcante. O território mito da orla: Antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto Alegre, RS. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- SOUZA, H. P.; FONSECA, Cláudia Lee Williams. Um morro porto-alegrense. In: BISSÓN, Carlos Augusto (coord.). Sobre Porto Alegre. Porto Alegre: Secretaria da Cultura, 1993. p. 47-53.
- TROILES, Adriano Lima; DANTAS, Eugênia Maria; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. A configuração de novos territórios urbanos em Porto Alegre-RS/Brasil: o núcleo sub-



habitacional de Vila Dique. Disponível em:  
<https://http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/07-A-Lima.pdf>. Acesso  
em: 23 ago. 2017.

VELHO, G. A utopia urbana: um estudo de antropologia social. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.

VELHO, Gilberto Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

VIEIRA, D. M. Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 - 1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 2017.

WACQUANT, L. Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.

ZALUAR, Alba. Violência e criminalidade: saída para os excluídos ou desafio para a democracia?. In: MICELI, Sérgio (org.). O que ler para conhecer o Brasil, v. 1, ANPOCS, 1999.